

GÊNERO E PÓS-MODERNIDADE

José Anselmo Nunes BRASIL*

RESUMO: O que se objetiva neste texto é compreender o que é pós-modernidade e gênero, a correlação existente entre esses dois conceitos e, especificamente, o que gênero tem de pós-moderno. Para isso, dois autores são tomados como base de referência: Joan Scott para gênero e David Harvey para pós-modernidade. O pós-estruturalismo de Foucault (poder fragmentado) e de Derrida (desconstrucionismo) são o fundamento da tendência pós-moderna do discurso de gênero. Gênero, nessa perspectiva, aproxima-se de um método de historicizar relações de poder que podem incluir diferença binária de sexo, de minorias, de raça etc. Gênero, assim, é mais do que sinônimo de estudo “mulher”.

PALAVRAS-CHAVE: Pós-modernidade; modernismo; gênero; teoria feminista.

Introdução

Quem se aventura a trabalhar com os conceitos gênero e pós-modernidade enfrenta, de início, o problema de encontrar uma enorme quantidade de informações e bibliografias, sem falar no que é transmitido pelos meios de comunicação como a televisão, a internet, jornais e revistas. Em um mundo com excesso e rapidez de circulação das informações, imagens e signos, sempre ficamos em dúvida sobre o que selecionar e como compreender a vida social.

Especificamente, o que se deve ler sobre os conceitos gênero e pós-modernidade? O que deixar de fora do assunto? O que é importante na análise? Como construir uma idéia coerente desses conceitos?

Diante do acúmulo de informações fragmentadas, qualquer pessoa que quiser compreender esses conceitos será colocado diante da tarefa

* Doutorando em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP-14800-901- Araraquara - SP.

quase impossível de assimilá-los e sintetizar o conhecimento de modo significativo.

Flax (1991) tenta associar a teoria feminista sobre gênero ao pensamento pós-moderno, considerando a teoria psicanalítica, a filosofia pós-moderna e a teoria feminista como os três melhores modos de pensar o nosso tempo.

Colin (1995), no seu ensaio intitulado “Do moderno ao pós-moderno”, agrupa as diversas correntes de pensamento feministas em três vertentes principais: a universalista, humanista e utilitarista representada por Simone de Beauvoir nos anos 60 ; a essencialista, baseada nos princípios de Lacan, nos anos 70, e a terceira, denominada desconstrucionista, pós-moderna, baseada no pensamento filosófico de Heidegger, Derrida e Foucault, nos anos 70 e 80.

Haraway (1996) expõe seu manifesto propondo ao pensamento feminista todo um modo diferente de análise metodológica, no qual a subjetividade é tão importante quanto a objetividade para a compreensão da realidade social, embora ele não demonstre como operacioná-la.

Jameson (1985) entende a pós-modernidade como um conceito de periodização cuja função é correlacionar a emergência de novos traços formais na vida cultural com a emergência de um novo tipo de vida social e de uma nova ordem econômica, que teve início nos anos 50, chamada de pós-industrial, sociedade de consumo, sociedade dos mídias e capitalismo multinacional.

Jameson traça o perfil da sociedade pós-moderna demarcando uma ruptura radical com a sociedade existente antes da Segunda Guerra Mundial. Isto é, ele mostra que a sociedade pós-moderna tem um novo tipo de consumo, com uma obsolescência programada; um ritmo ainda mais rápido de mudança na moda; penetração da propaganda, da televisão e dos meios de comunicação nas várias esferas da vida social; a substituição do velho conflito cidade e campo, centro e província, pela terceirização e padronização universal; crescimento das grandes redes de auto-estradas e o advento da cultura do automóvel. Nesse novo tipo de sociedade, a realidade seria transformada e dominada por imagens e

o tempo fragmentado em uma série de presente perpétuo.

Featherstone (1996, p.108) acredita que a pós-modernidade não é uma nova etapa do capitalismo, uma mudança localizada em uma época, como quer Jameson (1985). Mas concorda que a partir dos anos 60 as mudanças tecnológicas estimularam a substituição de bens materiais por imagens, signos e experiências pessoais. Ou seja, a fotografia, o cinema e a televisão tornaram transponíveis lugares não vistos, ocultos ou despercebidos. E ainda ampliaram a noção de tempo-espço, com a redução das distâncias físicas e uma percepção de estar em vários lugares simultaneamente.

Para Featherstone, como consequência das novas tecnologias houve uma superprodução de bens culturais (difícil de controlar e ordenar), que desestabilizou as hierarquias simbólicas existentes. Por isso, um dos problemas mais importantes que se colocam artistas, intelectuais e grupos envolvidos com a cultura é pensar em forma de organizar uma quantidade crescente de informações, numa situação em que os próprios princípios de organização foram postos em questão e se tornaram difíceis de justificar, incluindo as próprias teorias sobre a vida social, política e cultural.

Referindo-se às teorias e ao pensamento pós-moderno, afirma Wood:

as teorias dão ênfase à linguagem, à cultura e ao discurso com o argumento de que não temos acesso a nenhuma outra realidade, em detrimento das preocupações **economicistas** tradicionais de esquerda e das velhas preocupações da economia política; rejeição do conhecimento **totalizante** e dos valores **universalizantes** (incluindo as concepções ocidentais de racionalidade, as idéias gerais de igualdade, liberais ou socialistas, e a concepção marxista da emancipação humana geral). A ênfase agora recai na diferença, em identidades particulares diversas como gênero, raça, etnicidade, sexualidade e em várias opressões e lutas particulares e separadas; insistência na natureza fluida

e fragmentada do eu humano. Ou seja, o que domina o pensamento pós-moderno é a ênfase na natureza fragmentária do mercado e do conhecimento humano, e a impossibilidade de qualquer política emancipatória baseada em algum tipo de visão **totalizante**. (1996, p.124)

Os exemplos dessas análises demonstram que muitas vezes fica difícil descobrir o que é gênero e o que é pós-modernidade. Ao abordar “gênero” reduz-se a questão da pós-modernidade ao pensamento filosófico, como meio de teorizar o gênero. Já em relação à pós-modernidade, a questão do gênero é incluída de modo global e sem muitas explicações. Mas, afinal, o que significam os dois termos e o que eles têm em comum?

Para tentar compreender esses conceitos, escolhi dois textos de autores que, preocupados com estas questões, de certa forma conseguem realizar uma síntese, destacando e propondo o que seja pós-modernidade e gênero. São eles “Pós-modernismo”, capítulo do livro “*Condição pós-moderna*” de David Harvey, e “*Gênero: uma categoria útil de análise histórica*”, de Joan Scott, além de uma entrevista dessa autora concedida em Paris às antropólogas brasileiras Miriam Grossi, Maria Luiza Heilborn e Carmen Rial, no ano de 1998.

A pós-modernidade para David Harvey

Para Harvey (1993), a pós-modernidade é um conceito que diz respeito a uma série de mudança ocorridas na estrutura do sentimento, durante os anos 80, em relação aos projetos modernistas arquitetônicos, urbanos, na arte, na filosofia, na teologia e moral. Os sentimentos modernistas de progresso, razão e desenvolvimento foram solapados, desconstruídos, suprimidos, superados ou ultrapassados, embora se tenha pouca certeza quanto à coerência ou ao significado dos sistemas de pensamento que possam tê-los substituído.

O fato mais comum dos sistemas de pensamento atuais, o pós-modernismo, é a total sensação e aceitação do efêmero, do fragmentário, do descontínuo e do caótico como se isso fosse tudo o que existisse. É

um modo de pensamento que não tenta legitimar-se pelo passado, mas prefere o que é positivo e múltiplo, prefere a diferença à uniformidade, os fluxos às unidades, os arranjos móveis aos sistemas, a justaposição e a disjunção. Enfatiza o profundo caos da vida moderna e a impossibilidade de lidar com ele com pensamento racional.

O que o pensamento pós-modernista ataca é qualquer noção de que as coisas possam ser conectadas ou representadas como totalizações em uma metalinguagem, numa metanarrativa e numa metateoria. Verdades eternas e universais não podem ser especificadas. Para autores como Foucault e Lyotard, afirma Harvey, o que há são pluralidades de formulações de “poder-discurso”, ou jogos de linguagem.

Harvey destaca as idéias de Foucault e Derrida como as fontes mais fecundas da argumentação pós-moderna.

Analisando a relação entre poder e conhecimento, Foucault rompe com a noção de que o poder esteja situado apenas no Estado e nos propõe a observar o poder começando pelos seus mecanismos infinitesimais, cada qual com a sua própria história, sua própria trajetória, suas próprias técnicas e táticas, e ver como esses mecanismos de poder são investidos, colonizados, utilizados, envolvidos, transformados, deslocados, estendidos etc., por mecanismos cada vez mais gerais e por formas de domínio global.

Essa análise da micropolítica das relações de poder em localidades, contextos e situações sociais distintos levou Foucault a concluir que há uma íntima relação entre os sistemas de conhecimento (discursos) que codificam técnicas e práticas para o exercício de controle e do domínio sociais em contextos localizados particulares. Dessa maneira, em certos lugares como a prisão, o hospital, a universidade, a escola e o consultório do psiquiatra, uma organização dispersa e não integrada é constituída independentemente de qualquer estratégia de classe.

Compreender o que acontece em cada um desses campos não pode ser o apelo a alguma teoria geral abrangente como os esquemas interpretativos de Marx e Freud. Segundo Foucault, o único irreduzível é o corpo humano, por ser ele o lugar em que todas as formas de repressão

terminam por ser registradas.

Harvey nos lembra que a solução proposta por Foucault, para esse fascismo que está na nossa cabeça e em todos os lugares, é a exploração das qualidades abertas do discurso humano intervindo na maneira como o conhecimento é produzido e constituído nos lugares particulares em que prevaleça um discurso de poder localizado.

Identificando múltiplas fontes de opressão na sociedade, esse tipo de pensamento foucaultiano identificou muitos focos de resistência à dominação, e não foi por acaso que essas idéias fortaleceram os vários movimentos sociais como os grupos feministas, *gays*, étnicos, religiosos etc. Na verdade, foi um contra-ataque às vaidades universalizantes de uma modernidade iluminada que pretendia falar pelos outros (povos colonizados, negros, minorias, grupos religiosos, mulheres e diversos tipos de trabalhadores) com uma voz unificada.

Afirma Harvey:

O conceito foucaultiano de heterotopia é uma imagem perfeitamente apropriada para capturar o clima intelectual pós-moderno. Heterotopia designa a coexistência, num “espaço impossível”, de um grande número de mundos possíveis fragmentários, ou, mais simplesmente, espaços incomensuráveis que são justapostos ou superpostos uns aos outros. (1993, p.52)

Aceitar a fragmentação, o pluralismo e a autenticidade de outras vozes e outros mundos colocou em outra perspectiva o problema da comunicação e dos meios de exercer o poder de comando. Ao passo que os modernistas pressupunham uma relação rígida e identificável entre o que era dito (o significado ou mensagem) e o modo como estava sendo dito (o significante ou meio), o pensamento pós-moderno (o desconstrucionismo) os vê separando-se e reunindo-se continuamente em novas combinações.

O desconstrucionismo, que é um modo ler e de pensar sobre textos, foi um movimento iniciado, no final dos anos 60, da leitura que Derrida fez de Martin Heidegger e que trouxe um estímulo para os modos

de pensamento pós-modernos.

De acordo com Harvey, o impulso desconstrucionista é procurar, dentro de um texto, dissolver um texto em outro ou embutir um texto em outro. A idéia é de que escritores que criam textos ou usam palavras o fazem com base em todos os outros textos e palavras com que se depararam, e os leitores lidam com eles do mesmo jeito. Esse entrelaçamento intertextual tem vida própria, pois o que quer que escrevamos transmite sentidos que não estavam ou possivelmente não podiam estar na nossa intenção, e as nossas palavras não podem transmitir o que queremos dizer. É vão tentar dominar um texto porque o perpétuo entretecer de textos e sentidos está fora do nosso controle. A linguagem opera através de nós.

Derrida considera a colagem/montagem a modalidade primeira do discurso pós-moderno. Sua heterogeneidade inerente (seja na pintura, na escrita ou na arquitetura) nos estimula, como receptores de texto ou imagem, a produzir uma significação que não poderia ser unívoca nem estável. Produtores e consumidores de textos (artefatos culturais) participam da produção de significações e sentidos.

O que intenciona o desconstrucionismo é quebrar (desconstruir) o poder do autor de impor significado ou de oferecer uma narrativa contínua. Cada elemento citado, para Derrida, quebra a continuidade ou linearidade do discurso e leva, necessariamente, a uma dupla leitura: a do fragmento percebido com relação ao seu texto de origem e a do fragmento incorporado em sua passagem entre a produção e o consumo. O efeito disso é o questionamento de todas as ilusões de sistemas fixos de representações.

Para os pós-modernistas, a representação e a ação coerentes são repressivas ou ilusórias, por isso não deveríamos tentar nos engajar em algum projeto global. Como a ação só pode ser concebida e decidida nos limites de algum determinismo local, de alguma comunidade interpretativa, os sentidos tencionados e efeitos antecipados estão fadados a entrar em colapso quando retirados desses domínios isolados, mesmo quando coerentes com eles.

O pós-modernismo tem um modo particular de experimentar o mundo, de interpretá-lo e de existir nele, em especial quando o analisa pelo lado estético da arte - de certo modo sua faceta mais problemática - levando em conta seus aspectos psicológicos quanto à personalidade, à motivação e ao comportamento de seus agentes. A preocupação com a fragmentação e instabilidade da linguagem e dos discursos leva diretamente a certa concepção da personalidade, mas esse aspecto importante do pensamento pós-modernista não será abordado aqui, já que excede os propósitos deste trabalho. O que até aqui foi exposto é já suficiente para nos ajudar a compreender o conceito gênero.

Joan Scott e sua proposta de gênero

O conceito gênero é utilizado pelas feministas americanas para referirem-se à organização social da relação entre os sexos. Fundamentalmente, o conceito destaca o caráter social das distinções de homem e mulher sobre o sexo. Pode-se afirmar que foi uma resposta ao determinismo biológico freqüentemente apresentado pelo pensamento filosófico e moral e pelo discurso médico, que identificam homem e mulher ao sexo anatômico, como se os gêneros (masculino e feminino) correspondessem ao sexo anatômico e vice-versa.

Essa percepção da dinâmica de separação do que seja homem e mulher de acordo com o sexo, segundo Butler (1987), ocorre em uma tessitura política e lingüística carregada de pressupostos normativos dentro de um sistema binário, atendendo aos propósitos hierárquicos. De modo que, quando designamos diferença de sexo, nós criamos essa diferença restringindo nossa atenção àquelas partes sexuais que ajudam no processo de reprodução. E a heterossexualidade, assim, é tornada uma necessidade ontológica.

O próprio discurso sobre sexo cria e reproduz essa relação direta entre sexo e anatomia, distinguindo o sexo em aspectos socialmente construídos anatômicos de reprodução. Como conseqüência, afirma Butler, a institucionalização, baseada em diferença binária e anatômica, restringe a erogeneidade aos órgãos reprodutivos, não considerando outros aspectos sexuais como boca, mãos, costas, pernas, etc. De forma geral, o gênero critica essa prática social de valorização de certas

características anatômicas que tornam fixas as diferenças não só do sexo, mas também da identidade sexual.

O que se procura no conceito gênero, segundo Scott (1998), é evitar a separação de estudos das relações entre homem e mulher, de um lado, e uma nova teoria e a sexualidade, de outro, como fez, equivocadamente, o movimento *gay* e lésbico americano afirmar que a idéia de gênero evita a discussão sobre a sexualidade.

Para Scott (1998), existem bons usos do conceito de gênero, mas o problema aparece quando o pesquisador cristaliza o homem e a mulher em uma relação binária conhecida de antemão, o que acaba contribuindo para que a idéia de gênero se torne estereotipada como sinônimo de mulher.

Insistindo na importância de historicizar o conceito gênero, Scott (1998) afirma que foi o propósito de historicizar a categoria “mulheres” que a motivou a desenvolver a idéia de gênero como categoria de análise para a história.

A intenção de Scott com o conceito de gênero foi dar visibilidade ao discurso da diferença dos sexos não apenas no nível da idéias mas das instituições, das estruturas, das práticas cotidianas, dos rituais e de tudo o que constitui as relações sociais. Gênero, como organização social da diferença sexual, afirma Scott,

não reflete a realidade biológica primeira, mas constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos (Scott, 1998, p.115)

Antes de propor o seu modo de conceber gênero como categoria de análise, Scott (1990) descreve a trajetória que o conceito de gênero passou com suas diversas tentativas teóricas sem romper totalmente com os quadros tradicionais das Ciências Sociais.

Gênero, em sua utilização recente, a partir dos anos 80, tornou-

se sinônimo de mulher sobretudo nos trabalhos acadêmicos com uma tendência em dissociar o termo da política feminista. Para Scott (1990, p.87), “o gênero inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece assim não constituir uma ameaça crítica”.

Nessa mesma década de 80, gênero passou a representar também o fato de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, designando, assim, as relações sociais entre os sexos. Tornou-se uma maneira de indicar as construções sociais de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Desse modo, gênero configurou-se numa categoria de análise que procura desconstruir e reconstruir a maneira como são impostos os papéis sociais sobre os corpos sexuados (aos homens e mulheres) que não são determinados diretamente pelo sexo nem determinam a sexualidade.

Delimitado esse novo conceito “gênero”, novos temas apresentaram-se como as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias da relação entre os sexos. Mas o principal problema da análise de gênero foi o de explicar e incluir esses temas na política e na história, isso porque gênero não tinha ainda a força para questionar e mudar os paradigmas históricos dominantes existentes.

Esforços foram feitos pelas analistas feministas para empregar teorias que pudessem explicar o conceito de gênero e esclarecer suas possibilidades de transformação histórica. Scott destaca três posições teóricas que foram felizes, mesmo com limitações em suas explicações causais universais, incluindo generalizações que reduziram e tornaram simplificada a complexidade histórica.

A primeira tentativa de teorizar gênero, inteiramente feminista, foi o empenho em explicar o patriarcado. Questionou-se a desigualdade entre o homem e a mulher. Só que não se mostrou como a desigualdade de gênero estrutura todas as outras desigualdades ou como o gênero afeta os domínios da vida que não parecem ser a ele ligados.

Outra limitação da teoria do patriarcado é que as diferenças ficam baseadas na anatomia humana, com a dominação centrada na apropriação do trabalho reprodutivo da mulher pelo homem ou da reificação sexual

das mulheres pelos homens. Dessa maneira, fixou-se toda a diferença física em um caráter universal e imutável. Ressalta Scott (1990, p.9): “é como se a história fosse um epifenômeno que oferece variações intermináveis para o mesmo tema imutável de uma desigualdade de gênero fixa”.

A segunda tentativa de teorização de gênero foi das feministas marxistas que colocaram em interrelação o patriarcado e o capitalismo, numa análise dominada pela causalidade econômica, na qual o patriarcado é percebido se desenvolvendo e mudando em função das relações de produção.

Para Scott, eram quatro as principais preocupações das feministas marxistas. Uma, a rejeição do essencialismo das exigências da reprodução biológica como determinante da divisão do trabalho no capitalismo. Outra, a crítica sobre a questão da reprodução humana permanecer como categoria oposta e sem status equivalente àquela do modo de produção. A terceira, o reconhecimento de que o gênero não é diretamente determinado pelo sistema econômico; assim, a subordinação da mulher seria anterior ao capitalismo, tendendo a continuar no socialismo. Por último, a busca de explicação materialista que exclua as diferenças fixas naturais como fundante do gênero.

As feministas inglesas e americanas que trabalharam com o quadro marxista encontraram muitas dificuldades, porque no interior do próprio marxismo o conceito de gênero, durante muito tempo, foi tratado como secundário e subproduto das estruturas econômicas, totalmente relegado ao segundo plano.

A terceira tentativa de teorização de gênero foram as abordagens psicanalíticas das Escolas Anglo-americanas, que trabalharam com o sistema de teoria Freudiana das relações de objeto. Já as correntes francesas destacaram-se pelo desenvolvimento moral e pelo comportamento do sujeito segundo leituras do pós-estruturalismo de Lacan. Ambas as escolas interessam-se pelo processo de criação da identidade do sujeito centrado nas etapas de desenvolvimento da criança, a fim de encontrar as indicações sobre a formação da identidade de gênero.

Essas teorias, contudo, limitam o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica, não deixando meios de interrelacionar o conceito (nem o indivíduo) a outros sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder.

É da crítica dessas tentativas de teorização do conceito de gênero que surge a tendência recente que se pode chamar e incluir gênero no pós-modernismo. Como ressalta Scott (1990), a questão do gênero só será explicada de forma complexa pela análise dos sistemas simbólicos, isto é, pelos modos como as sociedades representam o gênero e servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. É necessário perceber os poderes das ações e a influência que os símbolos, as metáforas e os conceitos exercem na definição da personalidade e da história humana.

Essas preocupações com o gênero, significando um meio de expressar sistemas de relações sociais ou entre os sexos, estão ausentes da maioria das teorias sociais formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. Gênero, como categoria de análise, emergiu no fim do século XX, embora baseado, em algumas teorias modernistas, em analogias aos estudos do desenvolvimento do comportamento e de parentesco que traziam questões como a oposição masculino/feminino, a questão feminina e identidade sexual subjetiva.

De modo geral, o gênero construiu-se como tentativa das feministas de reivindicar um espaço de definição metodológica e, assim, demonstrar a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre o mundo das mulheres e dos homens. Isso foi possível em razão do espaço aberto pelo debate, pela crítica da ciência desenvolvida pelas Ciências Humanas e pela crítica do empirismo e do humanismo pelo pós-estruturalismo. Esses foram os caminhos encontrados pelas feministas para encontrar visibilidade teórica própria, reconhecimento e aliados científicos e políticos, criando uma categoria de análise.

Não se trata de abandonar os estudos do passado mas de mudar alguns dos hábitos de trabalho, como afirma Scott (1990). Para ela, ao invés de se pesquisar as origens únicas, o que se propõe é a necessidade

de substituir a noção de um poder social unificado, coerente e centralizado por qualquer coisa que esteja próximo, do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, constituídas pelos discursos nos campos de forças sociais.

Scott (1990) define gênero totalmente dentro do discurso pós-moderno. Gênero é um discurso constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, ao mesmo tempo que é um primeiro modo de significado às relações de poder. Mas gênero, como definido por Scott, é um conceito que implica em quatro elementos.

O primeiro elemento seria os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas. No caso da mulher, por exemplo, Eva e Maria como símbolo da mulher dentro da tradição cristã do Ocidente.

O segundo elemento seriam os conceitos normativos que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos, os quais contribuem para limitar e conter suas possibilidades metafóricas. Seria o caso dos conceitos expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas que tomam a forma típica de uma posição binária que afirma de maneira categórica, sem equivocar o sentido do masculino e do feminino.

O terceiro elemento do gênero é exatamente fazer explodir qualquer noção essencialista que fixa o masculino e o feminino. É descobrir a natureza do debate ou da repressão que produz a aparência de uma permanência eterna na representação binária do gênero. Esse tipo de análise deve incluir uma noção de política bem como uma referência às instituições e à organização social.

O quarto elemento do gênero é a identidade subjetiva. A pretensão universal da psicanálise nega o questionamento histórico. Isto é, se a identidade de gênero é única e universalmente pensada e fundada sobre o medo de castração, como quer a teoria lacaniana, a história é negada porque os homens e as mulheres reais não cumprem sempre os termos das prescrições da sua sociedade. A dominação social sobre os corpos nunca é total. O que se deve observar são as maneiras pelas quais as

identidades de gênero são realmente construídas e quais relações estabelecem com uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas.

Scott percebe que, utilizado dessa forma, o gênero é uma primeira maneira de dar significado histórico às relações de poder, articulado à sua eficácia e à sua significação no Ocidente, nas tradições judaico-cristã e islâmicas. E esse processo de construção historicizado das relações de gênero poderá ser utilizado para examinar e questionar outras dimensões do processo social como a classe, a raça e as minorias.

Pós-modernidade do gênero

Como o conceito de pós-modernidade refere-se a um conjunto de mudanças ocorridas na esfera do sentimento e do modo de pensar a arquitetura, os projetos urbanos, a arte, a filosofia, a teologia, a moral e as teoria científicas, gênero não pode ser confundido com tudo isso; ele faz parte desse conjunto de sistemas de pensamento.

O esclarecimento de conceitos é uma tarefa importante na pesquisa, que sempre deve ser destacado, porque influencia na definição do que se deve observar, na construção e na reconstrução de dados. Isso quer dizer que os conceitos causam efeito na conduta da pesquisa. Como nos lembra Merton,

Na pesquisa, como em atividades menos disciplinadas, nossa linguagem conceptual tende a fixar nossas percepções e, derivadamente, nosso pensamento e nossa conduta. O conceito define a situação, e o pesquisador reage de acordo. ... Mas isto não quer dizer que o vocabulário de conceitos fixa as percepções, as idéias e a conduta associadas a elas, de uma vez por todas e para sempre. ... Os homens não estão permanentemente presos na trama dos conceitos (muitas vezes herdados) que usam. Não somente podem escapar dessa trama, como também podem criar outra nova, mais adequada às necessidades da ocasião. Mas, em qualquer momento particular, a gente deve estar

preparado para ver que os conceitos diretores podem estar, e às vezes estão, arrastando-se atrás do comportamento exigido pelo caso. (1970, p.159-60)

Assim, quem vai trabalhar com o conceito gênero, quem vai operacioná-lo, deve defini-lo com bastante clareza. Isto significa deixar muito claro que tipo de pós-estruturalismo e estudo feminino se está trabalhando, já que tanto o feminismo quanto o pós-estruturalismo não formam um conjunto teórico homogêneo.

Isto chama atenção aos usos que pesquisadores e feministas muitas vezes têm dado à desconstrução como definição de gênero, pois eles muitas vezes reproduzem os sistemas que visam combater. E também, porque, como ressalta Louro,

feministas freqüentemente vêm empregando a desconstrução, ou seja, usando-a como uma estratégia de inversão da oposição binária. Na tentativa de valorização do “feminino”, acaba-se por justificar – através de outras e mais complexas vias – posições conservadoras”. (1995, p.127)

Semelhante crítica sobre o uso das idéias de gênero é destacada por Scott quando afirma que

o gênero se tornou demasiadamente estereotipado, sinônimo de “mulher”, por exemplo. É por essa razão que eu acho que existem problemas de definição. Existem entretanto bons usos de gênero, mas, ao mesmo tempo, é preciso sempre pensar a história dos conceitos e até mesmo aquela do conceito de gênero. (1998, p.124)

O que é próprio do conceito de gênero, para Scott, é a influência das idéias de Foucault e Derrida como um modo de desconstruir e reconstruir historicamente o poder e as relações binárias homens/mulheres, as idéias sobre sexualidade etc., sem cristalizar o homem e a mulher em relação essencialista e fixa.

Mesmo essa maneira de delimitar as idéias de gênero traz problemas para o pensamento feminista, sobre como conciliar sua identificação com as teorias sociais modernas da universalidade de uma teoria geral da opressão das mulheres e as idéias pós-estruturalista. Contudo, o desafio de se questionar historicamente regras e justificativas que fixam o homem e a mulher em uma identidade binária de sexo é o que se deve ter em mente.

Dessa maneira, gênero é mais um método do que uma teoria sobre o homem e a mulher em suas relações; é um modo de se tentar construir historicamente as relações de poder sobre corpos sexuados em contextos localizados de acordo a situação social, cultural e política, que delimitam as regras do que seja a mulher e o homem.

Gênero é uma idéia difícil que parece fácil – o que deixa muitos pesquisadores perplexos.

Referências Bibliográficas

- BUTLER, J. Variações sobre sexo e gênero. In: BENHABIB, S., CORNELL, D. (Org.) *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987, p.139-53.
- COLLIN, F. Du modern au post-modern. *Cahiers du GEDISST/ICNRS*, n.14, p.7-26, 1995.
- FEATHERSTONE, M. A globalização da complexidade. Pós-modernismo e cultura de consumo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 32, outubro, p. 105-24, 1996.
- FLAX, J. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p.217-50.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da Ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Caderno PAGU*, Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP (Campinas), p.7-41, 1995.

- HARVEY, D. Pós-modernismo. In: _____. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1993, p.44-67.
- JAMESON, F. Pós-modernidade e sociedade de consumo. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 12, jun., p.16-26, 1985.
- LOURO, G. L. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez., p.101-32, 1995.
- MERTON, R. K. *Sociologia: teoria e estrutura*. São Paulo: Mestre Jou, 1970.
- SCOTT, J. W. Entrevista com Joan Wallach Scott. *Estudos Feministas*, v.6, n. 1, p. 114-24, 1998.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, POA, v. 16, n.2, jul./dez., p.5-22, 1990.
- WOOD, E. M. Em defesa da história: o marxismo e a agenda pós-moderna. *Crítica Marxista*, n. 3, p.118-27, 1996.

Bibliografia Consultada

- YUDICE, G. O pós-moderno em debate. *Ciência Hoje*, n. 62, março, p.46-57,1990.